

Revista de Antropologia

SUMÁRIO

LUX VIDAL: O I Encontro Tupi — uma apresentação	1	ETIENNE SAMAIN: Reflexões críticas sobre o tratamento dos mitos..	233
EDUARDO B. V. DE CASTRO: Bi- bliografia etnológica básica tu- pi-guarani	7	ETIENNE SAMAIN: A vontade de ser: notas sobre os índios Urubu- Kaapor e sua mitologia	245
ROQUE DE BARROS LARAIA: Uma etno-história Tupi	25	ENI P. ORLANDI: Mito e discurso: observações ao pé da página..	263
ARYON D. RODRIGUES: Relações internas na família lingüística tupi-guarani	33	MIGUEL MENÉNDEZ: Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira	271
EDUARDO B. V. DE CASTRO: Os deuses canibais	55	ANDRÉ A. DE TORAL: Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro..	287
REGINA A. POLO MÜLLER: Asurini do Xingu	91	EXPEDITO ARNAUD: O direito in- dígena e a ocupação territorial — o caso dos índios Tembé do alto Guamá (Pará)	327
LUCIA M. M. DE ANDRADE: Xa- manismo e cosmologia Asurini.	115	EDSON SOARES DINIZ: Os Teneteha- ra-Guajajara — convívio e con- taminação	343
ELIZABETH T. LINS: Música e xa- manismo entre os Kayabi do Parque do Xingu	127	BERTA G. RIBEIRO: Tecelãs tupi do Xingu	355
RAFAEL J. DE M. BASTOS: O “pa- yemeramaraka” Kamayurá — uma contribuição à etnografia do xamanismo do alto Xingu..	139	EDUARDO B. V. de CASTRO: Pro- posta para um II Encontro Tupi	403
DOMINIQUE GALLOIS: O pajé waiãpi e seus espelhos	179		
LUX VIDAL: Os Parakanã	197	COMUNICAÇÕES	409
BETTY MINDLIN: Os Surui da Ron- dônia: entre a floresta e a colheita	203	NOTICIÁRIO	439
CARMEN JUNQUEIRA: Os Cinta Lar- ga	213	IN MEMORIAM	445
		BIBLIOGRAFIA	453

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES TRIBAIS NA ÁREA TAPAJÓS-MADEIRA

Miguel Menéndez

(Depto. de Ciências Sociais, UNESP/Araraquara)

A pesquisa recentemente realizada, tomando por base a documentação da área Tapajós-Madeira, permitiu evidenciar uma forte mobilidade, no período 1650-1900, dos grupos indígenas aí sediados (Menéndez, 1981).

O estudo dessa mobilidade apresenta interesse para caracterizar uma área que é habitada por grupos, tais como, os Mundurukú, Mawé, Kawa-hiwa, Murá e Piraha, ao norte, e Apiaká, Kayabi, Cintas Largas, Surui, Rikbáksta e outros, ao sul; esta área foi considerada por Galvão (1960: 16 e 26), do ponto de vista cultural, para o século XX, como eminentemente Tupi. A mesma consideração não pode ser feita para períodos anteriores ao século XX, uma vez que não havia uma visão diacrônica daquela área. A ausência de trabalhos que fornecessem tal visão impediu que se determinasse o processo pelo qual a região veio a adquirir características Tupi.

O manuseio da documentação evidenciou que diversos grupos, etnicamente diferentes, habitavam o território compreendido entre os rios Tapajós e Madeira quando o branco, na segunda metade do século XVII, iniciou a ocupação sistemática do mesmo. Poucas informações existem sobre tais tribos e a maior parte destas refere-se aos Tupinambá e Tapajó, uma vez que, eram estes os grupos majoritários que ocupavam o norte daquela região.

Os primeiros relatos deixados por cronistas e viajantes, ressaltam a alta densidade populacional da região. Carvajal (1941: 62) informa que à margem direita do rio Amazonas, entre o Paraná Ramos e o Tapajós, existiam inúmeras aldeias que não se distanciavam por mais de meia-légua. A partir de informações obtidas junto aos Tupinambá, ocupantes da ilha Tupinambarana, Acuña (1941: 260) registra os nomes de dezenove outros grupos de indígenas que habitavam a região entre os rios Tapajós e Madeira. Em 1714, depois de meio-século de intensa atividade jesuítica, que se estendeu para o interior da região, haviam, pelo menos, 85 grupos, que estavam nominalmente registrados (Rodrigues, 1714). Esta alta porcentagem de designações tribais consta também na documentação pertinente a todo o século XVIII e boa parte do XIX. Porém, uma sensível diminuição, quanto ao número de designações, foi verificada nos registros referentes ao final do século XIX. Neste período, também torna-se evidente que os Mawé, Mundurukú e Parintintin,¹ registrados desde 1691, 1768 e 1817, respectivamente, passaram a figurar como os grupos mais importantes da região.

O território compreendido entre o baixo Tapajós e o rio Maués, era outrora ocupado pelos Mawé. Em meados do século XIX, nas imediações desse rio, encontrava-se uma população registrada de oitocentos Mawé, aproximadamente. A porção territorial compreendida entre esse último rio e o curso dos rios Abacaxis e Canumá, constitui o território dos Mundurukú. Entre o alto Maués e o Canumá puderam ser contabilizados, em 1850, 320 núcleos habitacionais com um total de 2560 Mundurukú (Mattos, 1858: 138). Os cursos dos tributários ocidentais do médio Madeira, entre o Marmelos e o Machado, encontravam-se, em fins do século XIX, sob o domínio dos Parintintin, os quais ofereciam intensa resistência à penetração de seringueiros e castanheiros, além dos confrontos que mantinham com os Mundurukú.

Pode-se dizer que o quadro etnográfico que foi esboçado para a área Tapajós-Madeira em fins do século XIX (Menéndez, 1981) resultou dos contínuos movimentos tribais que já eram realizados quando as frentes de ocupação começaram a atuar na referida área. Estes movimentos podem ser considerados, inicialmente, como decorrentes dos contatos intertribais produzidos pelo intercâmbio, confronto e, provavelmente, migrações; posteriormente, também sofreram influência da presença e/ou atuação do alienígena, a qual promoveu descimentos, confrontos, comércio e migrações. Deste modo, a área Tapajós-Madeira caracteriza-se por uma forte mobilidade tribal que, ao longo do tempo veio a contribuir para sua atual feição.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é fornecer alguns elementos que permitam compreender o mecanismo do processo que levou a considerar a região Tapajós-Madeira como área cultural Tupi, bem

como, discutir possíveis relações entre os grupos Tupi aí sediados, no período que vai desde o início do século XVII até o final do XIX. Além disto, como foi ressaltado por Galvão (1960: 13 e 14), pretende-se também contribuir para uma precisa reconstituição cultural da área com base em relações e inferências históricas que facilitem a compreensão da mesma como um todo, integrando tempo e espaço.

*

*

*

O conjunto das informações etnográficas, fornecido pelos primeiros documentos referentes à área, permitem identificar, com certa precisão, três dos grupos aí registrados para a primeira metade do século XVII: os Irurí, Tapajó e Tupinambá.

Com relação aos Irurí, não há informação segura sobre sua filiação cultural, contudo, é possível afirmar que não eram Tupi, de acordo com as classificações lingüísticas. Na verdade, a designação Irurí parece ter um caráter genérico abrangendo, além do grupo homônimo, os Onikoré, Aripuanã, Parapixana e Torerize. Na segunda metade do século XVII, todos estes grupos estavam localizados nas ilhas e na margem direita do baixo e médio Madeira (Vide fig. 1), região que estava, possivelmente, sob o controle dos Irurí, tanto do ponto de vista militar quanto do intercâmbio. Heriarte (1956: 182) assinala que os indígenas do rio Madeira mantinham guerra e comércio com os grupos localizados na margem setentrional do Amazonas e no rio Negro, o que vem reforçar a idéia de um domínio Irurí nesta região.

O referido intercâmbio mantido pelos Irurí constava de troca de algodão, milho, tabaco, cerâmica, ferramentas e escravos (*ibid*). Os Irurí também parecem ter tido uma cultura bastante desenvolvida, caracterizada por uma organização social baseada em forte hierarquia política, elaborada etiqueta, "vassalagem", além de uma cultura material aprimorada (Barbosa, 1749, Betendorf, 1910: 465 e Heriarte, 1948: 182). Segundo Nimuendajú (1948: 257), na época da pacificação Murá, em 1784, numerosos grupos Irurí, por captura ou por refúgio, encontravam-se entre aqueles. Esta informação constitui o último registro com relação aos Irurí.

Com referência aos Tapajó, o maior volume de notícias históricas e etnográficas foi reunido por Nimuendajú em 1949. Cabe lembrar que estes indígenas tiveram uma ampla distribuição territorial em ambas as margens do baixo curso do rio homônimo. O registro arqueológico da cerâmica Tapajó evidencia a presença, ou influência, deste grupo tanto no lado sul quanto na margem setentrional do Amazonas, numa distância de trezentos km. a oeste da foz do rio Tapajós, onde se localizava o maior de seus aldeamentos. Sem dúvida, os Tapajó eram os vizinhos

mais importantes dos Tupinambá. Apesar de não haver dados bibliográficos sobre relações, sejam hostis ou de intercâmbio, entre estes dois grupos, a pequena distância que os separava, leva a crer que tais relações tenham ocorrido entre eles. De maneira análoga pode-se cogitar que os Maraguá, Andirá, Curiató e Mawé, grupos que podem ser filiados à família lingüística Tupi ou que se encontravam sob a influência dos Tupinambá, também mantivessem relações com os Tapajós, uma vez que estavam instalados entre estes e os Tupinambá.

Os dados que possuímos para os Tupinambá, sediados na ilha Tupinambarana, são também escassos. Apesar disto, fornecem informações suficiente para ter-se uma idéia da sua atuação na área. A chegada dos Tupinambá àquela ilha não deve ter ocorrido antes da segunda metade do século XVI, sendo que Heriarte (1956: 181) sugere que a mesma tenha acontecido no início do século XVII, possivelmente, após longa migração desde o litoral atlântico até a Bolívia, de onde se dirigiram posteriormente até a foz do Madeira (Acuña, 1941: 261, Metraux, 1927: 22). Sua relação com os vários grupos já estabelecidos no local estava baseada no intercâmbio e no confronto. Acuña (1941: 263) e Heriarte (1956: 181) afirmam que os Tupinambá possuíam um amplo controle da região, o que ocasionou a submissão de alguns desses grupos ao seu domínio; posteriormente, tais grupos eram integrados ao seio da tribo através do casamento intertribal. Não há maiores detalhes para este processo, porém, aproveitando os estudos de Florestan Fernandez para os Tupinambá (1963 e 1970) que os indivíduos integrados seriam as mulheres cativas e seus filhos.

Para fins do século XVII, tanto os Irurí, como os Tapajó e Tupinambá encontravam-se praticamente extintos, pelo menos como unidades étnicas. Entretanto a indicação dada por Nimuendajú (1948: 257) sobre a presença de Irurí entre os Murá por volta de 1784, e a informação prestada por Florestan Fernandes (1963: 57) sobre remanescentes Tupinambá em meados do século XVIII, sugerem que representantes isolados destes dois grupos devem ter se mantido ainda por algum tempo e sofrido um processo de desaparecimento lento.

Voltando agora exclusivamente o interesse para o relacionamento entre grupos Tupi da área Tapajós-Madeira, pode-se dizer que parece existir um hiato entre os Tupinambá do século XVII e os modernos Tupi do sistema Tapajós-Madeira, uma vez que até o momento nenhuma relação entre estes grupos pode ser verificada. Este fato revela a importância de detectar uma conexão entre os Tupinambá e os Mawé, Mundurukú e Parintintin.

No final do século XVII, um único grupo pode ser identificado, com segurança, como sendo Tupi, os Mawé; estes foram registrados pela pri-

meira vez em 1691, pelo padre Samuel Fritz, na margem direita do baixo curso do Tapajós, ao sul dos Maraguá (Rio Branco, s/d: prancha 86). É difícil saber se esse local estava ocupado há muito ou, tratava-se de uma ocupação recente, uma vez que não há nenhum registro de movimentos dos Mawé. Susnik (1975: 87) acredita que o grupo ter-se-ia originado no Maranhão ou na região do rio Parnahyba, de onde se dirigiu para seu atual habitat. Todavia, é possível pensar que os Mawé sejam remanescentes da migração Tupi que, por volta de 1539, dirigiu-se do litoral atlântico, pelo Amazonas até o Peru (Drumond, 1950: 95 e ss.).

Entretanto, dois outros grupos teriam ainda pertencido à família Tupi, os Maraguá e os Andirá, de acordo com Nimuendajú (1948: 245), estes dois seriam grupos locais Mawé. Os primeiros já haviam sido registrados por Acuña em 1639, enquanto que os segundos o foram por Betendorf em 1668. A hipótese de Nimuendajú é reforçada pelo fato de Maraguá e Andirá ocuparem o mesmo território que os Mawé e por serem os Andirá considerados excelentes preparadores do guaraná (Betendorf, 1910: 36). Nunes Pereira (1954: 65) fornece uma lista de clãs Mawé dos quais três, a saber: os Ainturia, Huiria e Uarana, assemelham-se a algumas das designações anteriormente fornecidas por Rodrigues (1714). De acordo com este último autor, no rio "dos Magües" temos os Aitoria e no rio Andira, aos Uipiriã e os Guaranauat. Todavia, Acuña (1941: 261) registra em 1639, para essa região, os Guaranaguacas. Por outro lado, Nunes Pereira (1954: 15) dá como designação genérica para os Mawé a designação Jaquezes. Betendorf (1910: 355) localiza este grupo numa ilha do baixo curso do Madeira, provavelmente a ilha das Araras. Neste local os Jaquezes eram vizinhos dos Irurí, com quem mantinham hostilidades. Sipek (1938 III: 414) também registra uma horda Mawé, os Caribuna como moradores do Madeira. Todavia a escassez de notícias impossibilita uma correta identificação dessas designações. Portanto, somente os Mawé e, possivelmente, os Andirá e os Maraguá, podem ser considerados seguramente Tupi, em fins do século XVII.

3 Padre Fritz (Rio Branco, s/d: prancha 86) fez ainda um outro registro de interesse, os Sapupé³, que se localizavam ao sul dos Mawé. Os Sapupé, junto com os Motuarí, Suarirana, Urupá, Periquitos, Comandí e outros parecem integrar o grupo denominado Tupinambarana pelos cronistas que se ocuparam da área Tapajós-Madeira. Laureano de la Cruz (1900: 113) foi o primeiro a registrar esta designação. Este franciscano, em 1651, desceu o rio Amazonas, e visitou uma aldeia destes indígenas, composta de oitenta casas, que estava localizada à altura do extremo oriental da ilha Tupinambarana; porém, perdura a dúvida se Laureano de la Cruz refere-se aos Tupinambarana ou aos Tupinambá propriamente ditos. Em meados do século XVII, estes últimos ainda controlavam a região ao sul da ilha. Heriarte (1956: 181) chama aos Tupinambá de Tapinambaranas, mas a informação deixada sobre a migração realizada por estes desde o

litoral atlântico até o curso médio do Amazonas não deixa dúvida que se refere aos Tupinambá. Cabe ressaltar que Metraux (1927: 22) considera Tupinambá e Tupinambarana como sinônimos.

Fora os Sapupé, os grupos incluídos como Tupinambarana são registrados, pela primeira vez em 1714, como ocupantes da calha do rio Maués (Rodrigues 1714). Estes grupos sofreram uma intensa ação dos jesuítas que os desceram para suas missões. Não se possui praticamente nenhuma notícia de cunho etnográfico que os permita identificar do ponto de vista cultural. Há apenas informação quanto a alta densidade populacional dos Periquito, da forte hostilidade dos Urupá, da antropofagia dos Sapupé e da tatuagem facial com tinta preta dos Periquito, Urupá e Suarirana (Noronha, 1862: 22). A maneira de realizar esta tatuagem lembra, de certo modo, a descrita, mais tarde, para os Mundurukú (Rodrigues, 1875: 178, Hartt, 1885: 177). Com relação a estes grupos, padre Daniel (1976: 270) faz o seguinte comentário: "A nação Tupinambarana é muito parenta da dos Tupinambazes, senão é a mesma com alguma corrupção da língua pela comunicação de outras nações".

Precisamente no território ocupado pelos Tupinambarana foram registradas as primeiras localizações para os Mundurukú, em 1768, e para os Parintintin, em 1817. As notícias sobre estes grupos são muito escassas não permitindo estabelecer com segurança uma cronologia de ocupação. Os Maturucu ou Mundurukú aparecem em 1768 como vizinhos dos Sapupé, Comandis, Aitouaria, Acaraiuará, Brauará, Urupá e Mawé (Noronha, 1862: 27); porém não há nenhuma indicação que permita assegurar se a presença do grupo na região é antiga ou recente.

Em 1817, os Parintintin eram considerados como um dos grupos mais conhecidos entre aqueles que se localizavam no curso dos rios Canumá, Abacaxis e Maués. Souza (1848: 424) informa, mais tarde, que os Parintintin eram vizinhos dos Sapupé, Caripia e Mundurukú e diz: "São aborrecidos d'estas mesmas nações, que os tem por escravos, talvez por serem comedores de carne humana. Dizem que são imensos no centro do seu domicílio, aonde os outros não podem chegar senão com perigo de serem devorados".

Contudo, a possibilidade dos Mundurukú e os Parintintin já estarem aí localizados na época em que o branco começou a explorar tal região, em meados do século XVII, parece remota. Tanto os Mundurukú quanto os Parintintin possuíam um alto grau de agressividade que, juntamente com o costume guerreiro de cortar a cabeça do inimigo, atraíram rapidamente a atenção dos cronistas que documentavam a área norte do sistema Tapajós-Madeira, a qual também vinha sendo intensamente percorrido desde 1668 pelos jesuítas.

Assim, a possibilidade de relacionar esses dois grupos com os Tupi-nambá do século XVII, com o objetivo de estabelecer uma continuidade entre os grupos Tupi parece ser, no momento, impossível. Mundurukú e Parintintin são grupos que teriam ingressado mais recentemente ao norte da área Tapajós-Madeira, provindo do sul da mesma. Numa primeira hipótese, os Mundurukú teriam migrado de algum ponto do Estado do Mato Grosso, atravessando, num movimento de expansão o território Apiaká (Martius, 1867: 386). Reforçando esta hipótese, Krause (1943, *apud* Horton, 1948: 273) informa que tal grupo residia na proximidade dos Apiaká. Numa segunda hipótese, com base na própria mitologia do grupo, os Mundurukú teriam se originado na aldeia de Necodemus, localizada nas campinas do alto curso do rio Cururú, um tributário do alto Tapajós (Murphy, 1960: 13).

Os Parintintin teriam partido do Juruena e chegado ao seu atual habitat, os tributários ocidentais do médio Madeira, devido às hostilidades dos Mundurukú (Nimuendajú, 1924: 207/8). Entretanto, Nimuendajú (1948: 284) informa, posteriormente, que todo o grupo Kawahiwa, por volta de 1750, foi expulso da bacia do rio Cururú pelos Mundurukú, dividindo-se em seis subgrupos que se espalharam em diversos locais da área Tapajós-Madeira; para elaborar esta consideração, Nimuendajú talvez tenha-se baseado em Rodrigues (1875: 133), o qual informa que, de acordo com a tradição Mundurukú, uma rivalidade entre dois de seus chefes teria provocado a cisão da tribo, dando lugar aos Parintintin que, a partir deste momento, foram cruelmente perseguidos pelos primeiros.

A notícia dada por Rodrigues (*ibid*) não permite estabelecer uma data precisa para a provável cisão dos Mundurukú e para o início da movimentação Parintintin como afirmou Nimuendajú (1948: 284), ficando de concreto apenas sugerida uma estreita ligação entre os dois grupos no alto curso do rio Cururú. Tal ligação parece realmente existir quando levarmos em conta os primeiros registros destes dois grupos. Como foi anteriormente salientado, os Mundurukú foram registrados pela primeira vez em 1768 na região dos rios Canumá, Abacaxis e Manés, local onde, meio-século mas tarde, foram documentados os Parintintin. Entretanto, a data 1750 apontada por Nimuedajú (1948: 284) para o início da migração dos Parintintin a partir do Cururú, merece atenção do ponto de vista das relações intertribais na região do alto Tapajós.

Em 1742 e 1746, foram realizadas as duas primeiras viagens ao longo da calha do rio Tapajós: a primeira, realizada por Leonardo de Oliveira e a segunda, por João de Souza Azevedo. Este último documenta um conjunto de designações tribais que permite reconstruir, em parte o quadro etnográfico desse rio para a metade do século XVIII. Nesta época, o alto curso desse rio encontrava-se habitado pelos Periquito, Urupá, Suarirana, Comandi, Sapupé e Motuari, entre outros, os quais foram

identificados como sendo Tupinambarana. Estes grupos sofreram uma intensa ação catequizadora dos jesuítas, que fundaram a missão dos Tupinambarana em 1660 e, desde então, efetuaram constantes descimentos para este local. Como a missão esteve, desde o início, localizada em local insalubre, constantes mudanças ocorreram, o que dificulta o traçado claro de sua história (Leite, 1943 III: 384). A última mudança ocorreu em 1737, quando a missão foi levada para o rio Tapajós, passando a chamar-se aldeia ou missão de Santo Inácio⁴. Porém, para desgosto dos jesuítas os aldeamentos eram freqüentemente abandonados e os indígenas voltavam a embrenhar-se no mato. Assim, entre 1714 e 1768 há uma série de localizações para os Tupinambarana, que abrange desde a região do rio Maués ao norte, até a confluência do Juruena com o Arinos, ao sul da área Tapajós-Madeira (Rodrigues, 1714, São José, 1847: 97, Noronha, 1862: 27).

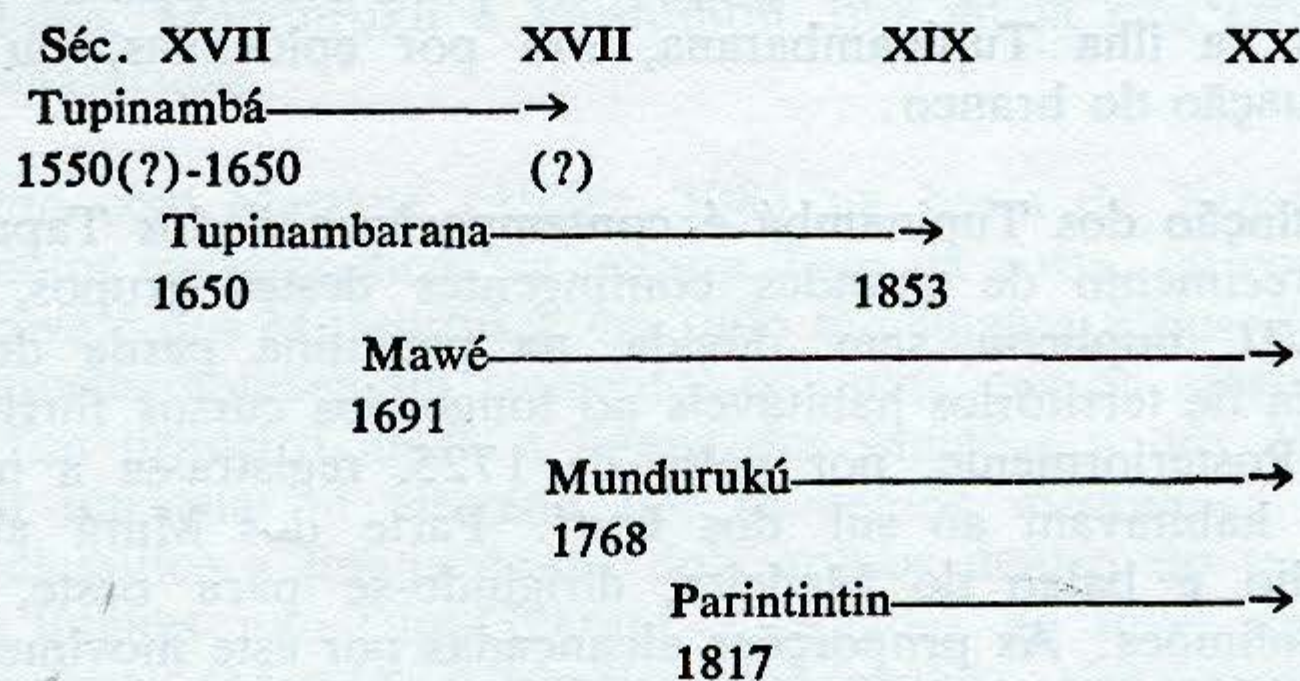
Mesmo que as localizações posteriores ao primeiro registro desses indígenas, 1714, fossem consequência do abandono das missões religiosas, tais localizações devem ser levadas em conta pelo que representam para o povoamento da bacia do rio Tapajós e para a elucidação das relações entre os diversos grupos indígenas aí sediados.

Na segunda metade do século XVIII, o médio e o alto Tapajós estavam ocupados pelos Comandí, Motuarí, Sapupé, Periquito e Urupá, entre outros. Os Periquito constituíam uma "nação" muito numerosa e célebre, que habitavam as duas margens desse rio (São José, 1847: 97). Um pouco mais ao sul encontravam-se os Urupá, e na cartografia de meados do século XVIII este grupo está localizado na região que corresponde às campinas do Cururú, com a observação de ser um "reino muito extenso". Com relação aos Urupá, padre Daniel (1976: 267) informa que: "Uma das nações mais célebres do mesmo rio Topajóz é a chamada Gurupa: porque é Tapuia de curso, sem assistência em lugar certo nem povoações estáveis...". Apesar de não ser possível ter uma idéia segura do número dos Urupá, Daniel informa que cerca de quatrocentos indivíduos foram descidos e alojados nas missões de São José e Santo Inácio, localizadas no Tapajós. Daniel ainda se refere aos Urupá como inimigos cruéis dos Jaguaim⁴ e comenta a extrema rivalidade entre os dois grupos como causa de extermínio entre eles (*ibid.*). Mais tarde, por volta de 1769, segundo Baena (1885, *apud* Horton, 1948: 272) os Mundurukú teriam começado a expandir-se ao longo do Tapajós, expulsando e exterminado os Jaguaim.

Os dados reunidos até aqui põem em evidência o alto grau de contato intertribal ocorrido ao longo do Tapajós em meados do século XVIII, bem como uma estreita relação entre todos esses grupos, que no caso dos Urupá e Mundurukú poderia atingir até mesmo o nível genético. Apesar da dificuldade existente até agora para determinar a origem dos Mundu-

rukú e Parintintin, é dentro deste panorama de relações que deve ter ocorrido a movimentação destes grupos no interior da área Tapajós-Madeira. Os Mundurukú, que em 1768 foram registrados na região dos rios Canumá, Abacaxis e Maués e que em 1770 atacaram a fortaleza de Santarém, e os Parintintin, que em 1817 foram localizados entre aqueles três rios, ambos tiveram que movimentar-se numa região ocupada por grupos que, como diria padre Daniel, “são muito parentes se não são os mesmos”; estes grupos, quando surgiram os Mundurukú e os Parintintin, parecem terem-se diluído no nada. Só para os Sapupé encontram-se registros ainda no século XIX, ora como índios bravos, ora como aldeados.

PERIODIZAÇÃO PARA OS GRUPOS TUPI OCUPANTES DA REGIÃO NORTE DA ÁREA TAPAJÓS-MADEIRA



Para compreender melhor o processo que levou a área Tapajós-Madeira a adquirir sua atual feição Tupi, pode-se supor que os Tupinambá localizados na ilha Tupinambarana, no começo do século XVII, atuaram sobre grupos não, já instalados nesse local, subjugando-os. Heriarte (1956: 181) informa que os Tupinambá, chegando ao território que seria a província dos “Tupinambaranas”, encontraram-no povoado de “índios naturais” que, ao contrário dos Tupinambá, não falavam a língua geral e sim diferentes línguas. Neste sentido, padre Daniel (1976: 270) também assinala que a diferença entre a língua dos Tupinambá e a dos Tupinambarana era devido à comunicação com outras nações. Como já foi dito anteriormente, os grupos dominados pelos Tupinambá eram integrados no seio da tribo através do casamento intertribal (Heriarte, 1956: 181). Entretanto, tal fato parece indicar que essa submissão adquiriu um sentido de “alianças” que permitiram aumentar e consolidar a tribo no novo habitat. Acuña (1941: 262) refere-se aos Guayazis e Mutayus como grupos tributários dos Tupinambá, e ainda menciona outra tribo com a qual os últimos mantinham relações amistosas baseadas no comércio. Uma vez que os Tupinambá dominaram a região norte do Tapajós-Madeira, promovendo uma integração pacífica com os grupos aí sediados, favoreceram um pro-

cesso de tupinização, que abrangeu tanto a língua quanto os aspectos sócio-culturais desses grupos.

Contudo, se for aceita a existência de um estrato Tupi anterior ao representante pelos Tupinambá para a área Tapajós-Madeira, como já foi colocado anteriormente, a integração de grupos estranhos pelos Tupi não representaria uma novidade na área, pelo menos na região do alto Tapajós. Assim sendo, o processo aculturativo de cunho tupinizante acima assinalado teria-se iniciado antes da chegada dos Tupinambá aquela região. Não há nenhum registro que confirme tal colocação, porém, não é inviável que tenha ocorrido, já que se trata de uma região de destaque justamente pelo fluido das relações intertribais. Todavia, no que diz respeito ao processo acionado pelos Tupinambá, este foi interrompido em meados do século XVII pela extinção do grupo, ora pelas condições de insalubridade imperantes na ilha Tupinambarana, ora por epidemias, ou ainda pela própria atuação do branco.

A extinção dos Tupinambá é contemporânea à dos Tapajós e Irurí. O desaparecimento de grandes contingentes destes grupos, em fins do século XVII, implicou, sem dúvida, na paulatina perda do controle e na vacância de territórios habitáveis ao longo dos cursos fluviais ocupados por eles. Posteriormente, por volta de 1725, registra-se a migração dos Murá que habitavam ao sul dos Irurí. Parte dos Murá abandonam o curso médio e baixo do Madeira, dirigindo-se para oeste, atingindo a bacia do Solimões. As proporções alcançadas por este movimento indicam, a alta densidade populacional do grupo. Tais fatos provocaram profundas alterações na distribuição populacional da área o que deixou como resultado o aparecimento de espaços vagos, permitindo que grupos mais interioranos passassem a ter uma localização mais periférica, seja por pressões populacionais no interior da hinterlândia, seja pelos atrativos do comércio com o branco que, em meados do século XVIII, apresentam uma atividade significativa ao norte da área.

A região do baixo curso do rio Madeira oferece alguns exemplos neste sentido. Os Guayazis que, em 1639, eram um dos tributários dos Tupinambá, em 1691 são mencionados como os únicos ocupantes da ilha Tupinambarana. Também nesta data, os Arara são registrados pela primeira vez no território que se estende entre o Madeira e o Abacaxis (Rio branco, s/d: prancha 86 e Fritz, 1918: 391). Mais ao sul, a diminuição dos contingentes Irurí, em particular, os Aripuaná, facilitou o surgimento de três novos grupos: Jacaregua, Cujes e Tituans, registrados pela primeira vez em 1714 (Rodrigues, 1714). Este deslocamento de grupos do interior para os limites da área, deve ter permitido o aparecimento dos Mawé, Mundurukú e Parintintin num território que antes estava predominantemente sob a influência dos Tupinambá e Tapajó.

Os grupos já assinalados no âmbito Tupi não devem ter impedido o avanço migratório dos Mawé, expansivo dos Mundurukú, nem a mudança de habitat dos Parintintin; mantendo, nos novos territórios, a prática de absorção de outros grupos. Neste sentido, parece de interesse lembrar, embora seja um exemplo isolado, o registro feito por Martius (Spix, 1938: 410) de um indivíduo Arara (Karib?) morando entre os Mundurukú; este índio, feito prisioneiro quando criança, tinha esquecido sua língua, porém, preservava ciosamente seus distintivos tribais.

Após tais considerações, ainda um elemento deve ser considerado para a definição, em termos históricos, do sistema Tapajós-Madeira como área cultural: a aculturação devida à absorção de grupos estranhos pelos Tupi. Este fato permitiria explicar as diferenças observadas no interior da cultura Mawé, Mundurukú e Parintintin, que ainda não estão satisfatoriamente esclarecidas.

De acordo com Metraux (1928: 308) na bacia do Tapajós encontram-se elementos característicos da cultura Tupi da costa, tal como a plumária dos Mawé e dos Mundurukú, em tudo semelhante à dos Tupinambá. Entretanto, aqueles apresentam elementos culturais que os afastariam destes últimos. Em primeiro lugar, a língua dos Mawé e a dos Mundurukú consistiria em um guarani alterado por elementos estranhos. Rodrigues (1982: 12) classifica a língua destes dois grupos dentro do tronco Tupi, porém como línguas não-Tupi-Guarani e isoladas ao nível de famílias: família Ramarâma (Mawé) e família Mundurukú. Em segundo lugar, a forma redonda da casa, a presença da zarabatana, a cestaria em espiral, a mumificação por dissecação dos cadáveres e das cabeças-troféu, e a rede de fibras vegetais, seriam outros elementos estranhos à cultura Tupi. De acordo com Susnik (1975: 87), o mito de origem e o remo mágico "porantim" dos Mawé, e a cabeça-troféu dos Mundurukú, seriam indicadores de uma influência Arauak. Este autor ainda considera que entre os Mundurukú poderiam ser detectados elementos de procedência Nanbikúara⁵. Por outro lado, Zerries (1982: 341) assinala prováveis contatos Mawé com outros grupos Karib da foz do Trombetas que também seriam o veículo de elementos culturais provenientes da Guiana.

Com relação aos Parintintin, Metraux (1928: 307) acredita que sua cultura seja mais pobre que a dos Tupinambá. Assim sendo, sua plumária reduz-se só a diademas, não possuem aldeias fortificadas, escudos, tembetás, nem cultivam tabaco. Mas, os Parintintin possuem a flauta pan, desconhecida entre os Tupinambá e a emplumadura das suas flechas sugere uma influência indireta de elementos peruanos. No tocante à organização social dos Parintintin, Susnik (1975: 83) assinala a divergência existente entre a sua economia, de caráter intensivo, adaptada à floresta tropical de terra firme, e a divisão do grupo em dois clãs exogâmicos,

não-localizados, designados com nomes de pássaros (Nimuendajú 1924: 225); esta última característica aproxima-os dos Tapirape. A organização dual também está presente entre os Mundurukk, embora em um grau de complexidade superior a dos Parintintin (Murphy, 1960: 32) e, segundo Zerries (1967: 109), na família Tupi-Guarani, estes três grupos seriam os únicos representantes a possuir uma organização social com base no dualismo. Baumann (1955: 333, *apud* Zerries *opus cit.*) assinala os Arauak como prováveis difusores deste tipo de organização.

O estudo destas diferenças ultrapassa os objetivos do presente trabalho. Entretanto, as menções aqui feitas são de interesse, uma vez que, o conjunto das mesmas, observado à luz da modalidade indígena e dos contatos intertribais registrados para a área Tapajós-Madeira, permite reconhecer a existência de elementos aculturativos na base do processo que deu à área sua atual feição Tupi. Assim sendo, ela deve ter-se processado gradativamente a expensas de grupos de filiação cultural diferente que foram assimilados no âmbito cultural Tupi e que, ao serem integrados, incorporaram seus próprios elementos culturais.

Assim sendo, nos grupos Tupi modernos, que serviram de base para a classificação da área Tapajós-Madeira como eminentemente Tupi, é possível admitir a presença de elementos culturais estranhos, provenientes de grupos já estabelecidos na área. A manipulação destes elementos facilitará uma reconstituição cultural mais precisa dos Tupi atuais aí sediados, uma compreensão dos processos de mudança cultural a longo prazo, como queria Galvão (1960: 14), e uma definição mais exata, em termos históricos, da região como área cultural.

Finalmente, o estudo amplo dos elementos culturais, identificando corretamente as suas origens, bem como o seu grau de participação na composição do quadro cultural moderno da área Tapajós-Madeira, impõe-se como trabalho futuro.

NOTAS

(1) — Ao longo deste trabalho, só se fará referência aos Parintintin, subgrupo Kawahiwa, uma vez que essa seção da tribo é a única a ser mencionada na documentação do século XIX, referente ao norte da área Tapajós-Madeira. O fato da designação Kawahiwa ser utilizada como autodenominação pelos Parintintin, só é conhecido após sua pacificação, em 1922 (Nimuendajú, 1924:201).

(2) — Segundo Martius (1867:384) aquela designação era aplicada de modo genérico aos Mawé, Murá e outros grupos da região.

(3) — Serafim Leite (1943 III:386) ao reconstruir a história desta missão, diz acreditar que existiam dois sítios Tupinambarana: Santo Inácio e São Francisco Xavier. O primeiro foi trasladado para o rio Tapajós e o segundo foi absorvido pela aldeia ou missão dos Abacaxi, no rio Canumá. Este último fato, permite supor que representantes dos Tupinambarana também foram levados para o mesmo local. Esta hipótese é reforçada, em parte, pelo fato de que em 1749 existiam Urupá nessa missão bem como Sapupé nas suas imediações (Barbosa,1749). Mais tarde, quando Noronha (1862:27) refere-se aos grupos que habitavam nos rios

Abacaxis, Canumá e Maués, diz que essa região é habitada pelos Sapupé, Comandi, Aitouaria, Acaraiuara, Brauará, Urupá, Maturucú, Curitiá e Hé ou Mawé.

(4) — Os Jaguaim ou Yanuain já eram conhecidos em 1768 e tudo indica que ocupavam o rio Jamaxim, ao qual teriam dado o nome. Os Jaguaim diferenciavam-se dos Urupá, Suarirana e Periquito na tatuagem, que consistia numa lista larga e Preta que começava no alto da testa e chegava até a barba (Noronha, 1862:22). Martius (1867:383) diz que os Apiaká chamavam a seus antepassados de Jaguaim, embora não se tenha nenhuma notícia de grupos Apiaká tão ao norte da área Tapajós-Madeira. Com base neste autor, é viável pensar que os Jaguaim seriam um grupo de origem Tupi, e se assim for, é possível supor que um estrato Tupi antigo estaria localizado na altura do curso médio do Tapajós, ao sul do grupo homônimo. Susnik (1975:83 e ss.) refere-se a um nível protoKawahiwa, representante de migrações Tupi pré-históricas, na região do alto Tapajós, enquanto que, Hilbert (1958:12) considera como pertencente aos Kawahiwa a cerâmica encontrada na região do alto Cururú.

(5) — Em subsídio a esta hipótese, pode assinalar-se que Serra (1869:5) registra, para 1797, a presença dos Mundurukú na margem direita do médio Juruena, região onde, meio-século mais tarde, Castelnau (1850 III:307; Atlas: prancha 29) localiza, pela primeira vez, os Nanbikúara.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimento do Rio das Amazonas*. Trad. anot. por C. de Mello Leitão. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1949 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a., Brasiliana, vol. 203).
- BARBOSA, Theotonio. *Informação da aldeia dos Abacaxi (e rio Madeira), que manda o P. Missionário Theotonio Barbosa ao P. Provincial, anno de 1749*. Cod. CXV/2-15, nº 4 (12 f.), Biblioteca Pública de Évora.
- BETENDORF, João F., *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 72 (1ª parte 1909): 697 pp. Rio de Janeiro, 1910.
- CARVAJAL, Gaspar. *Relação que escreveu frei Gaspar de Carvajal. Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Trad. anot. por C. de Mello Leitão. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1949 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a., Brasiliana, vol. 203).
- CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima et de Lima au Pará, Historie du voyage*, 6 vols., Paris, P, Bertrand Librairie-éditeur, 1850/59.
- CRUZ, Laureano de la. *Nuevo descubrimiento del Rio de Marañon, llamado de las Amazonas (1653)*. Madrid, La Irradiación, 1900.
- DANIEL, João (S. I.). *Tesouro descoberto no rio Amazonas. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional*, v. 95, t. 1-2, 1975. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976.
- DRUMOND, Carlos. *A carta de Diogo Nunes e a migração dos Tupi-Guarani para o Peru. Revista de História*, ano 1, (1):95-102. São Paulo, 1950.

- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*, 2ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.
- A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, 2ª ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da USP., 1970.
- FRITZ, Samuel. O diário do padre Samuel Fritz, com introdução e notas de Rodolfo Garcia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 81: 354-397. Rio de Janeiro, 1918.
- GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*, n. s., 8:1-41. Belém, Pará, 1960.
- HARTT, Carlos F. Contribuições para a etnologia do vale do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, 6:1-174. Rio de Janeiro, 1885.
- HERIARTE, Maurício. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupa e rio das Amazonas. In: Varnhagen, Francisco A. de *História Geral do Brasil*, III:171-190, 5a. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1956.
- HILBERT, Peter P. Urnas funerárias do rio Cururú, alto Tapajós. *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*, n. s., Antropologia, 6:1-13. Belém, Pará, 1958.
- HORTON, Donald. The Mundurutú. In: Stewart, J. (ed.). *Handbook of South American Indians*, III:271-282. Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 1948.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro e Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.
- MARTIUS, Carl F. P. von. *Beiträge zur Ethographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Leipzig, Fleischer, 1867.
- MATTOS, João W. de. Relatório da Directoria Geral dos Índios, pelo Director-Geral. *Relatórios da Presidência da Província do Amazonas*, II:137-152, Rio de Janeiro, Typographia do "Jornal do Comércio", 1906.
- MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a Etnohistória da área Tapajós-Madeira. *Revista do Museu Paulista*, n. s., vol. XXVIII, 1981/1982. Universidade de São Paulo.
- METRAUX, Alfred. Les migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n. s., XIX:1-45, Paris, 1927.
- La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MURPHY, Robert. *Headhunters heritage: social and economic changes among the Mundurukú indians*. Berkeley, University of California Press, 1960.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin. *Journal de la Société des Américanistes*, n. s., XVI:201-278. Paris, 1924.

The Cawahib, Parintintin and their neighbors. In: Stewart, J. (ed.). *Handbook of South American Indians*, III: 283-297, Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 1948.

NORONHA, José M. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província... no ano de 1768*. Pará, Typographie de Santos e Irmãos, 1862.

PEREIRA, Nunes. *Os índios Mawé*. Rio de Janeiro, ed. "Organização Simões", 1954.

RIO BRANCO, Barão de. *Atlas contenant un choix de cartes antérieures au Traite conclus a Utrecht le 11 avril 1713 entre le Portugal et la France*. I Memoire du Bresil.

RODRIGUES, Ayrton D. Línguas indígenas do Brasil. O tronco Tupi. *Porantim*, ano V — nº 42, Brasília, agosto de 1982.

RODRIGUES, Bartolomeu. *Carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho sobre as terras, rio e gentio do rio Madeira e outros do baixo Amazonas, da missão de Guaicurupa dos Tupinambaranas*, 2 de maio de 1714. Cod. CXV/2-13, F. 309-311, Biblioteca Pública de Évora.

RODRIGUES, João B. *Exploração e estudo do valle do Amazonas — rio Tapajós*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

SÃO JOSÉ, João de (O.S.B.). Viagem de visita do sertão em o bispado do Gran Pará em 1762 e 1763. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 9:43-107, Rio de Janeiro, 1847.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Mato Grosso. Navegação do rio Tapajós para o Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 9 (1847), 2ª edição: 1-16, Rio de Janeiro, 1869.

SPIX, Johann B. von e Martius, Carl F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1983, 3 vols.

SOUSA, Andre F. de. Notícias geográficas da Capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 10 (1848) 2ª ed.: 441-504. Rio de Janeiro, 1870.

SUSNIK, Branislava. *Dispersión Tupi-Guarani Pré-histórica*. Museu Etnográfico "Andres Barbero", Asunción-Paraguay, 1975.

ZERRIES, Otto. Organização dual e imagem do mundo entre índios brasileiros. In: Schaden, Egon. *Leituras de Etnologia brasileira*: 87-126. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

Atributos e instrumentos rituais do xamã na América do Sul não-andina e o seu significado. *Contribuições à antropologia em homenagem ao Professor Egon Schaden*. Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 4:319-360, São Paulo, 1981.

